

AS EMPRESAS COOPERATIVAS
NA TRANSFORMAÇÃO
DOS SISTEMAS ALIMENTARES

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2021.



As empresas cooperativas na transformação dos sistemas alimentares do IICA está publicado sob licença Creative Commons
Atribuição-Compartilhalgual 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO)
(http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/)

O IICA promove o uso adequado deste material. Solicita-se que seja citado apropriadamente, quando for o caso.

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) na página institucional: http://www.iica.int

Coordenação editorial: Mario León. Edição mecánica: Olga Patricia Arce Tradução: Francisco Azevedo Diagramação: Nadia Cassullo Leiaute da capa: Nadia Cassullo Impresão: Gráfica do IICA.

As empresas cooperativas na transformação dos sistemas alimentares / Mario León y Álvaro Ramos. – São José, C.R.: IICA, 2021.

15 p. 21 x 16 cm.

ISBN: 978-92-9248-939-7 Publicado também em espanhol e inglês.

- 1. Desenvolvimento sustentável 2. Agricultura 3. inovação
- 4. Competição econômica 5. Sistemas alimentares 6. Empresa
- 7. Cooperação I. León, Mario II. Ramos, Álvaro III. IICA IV. Título

AGRIS DEWEY 001 338.16

São José, Costa Rica 2021



NA TRANSFORMAÇÃO DOS SISTEMAS ALIMENTARES

INTRODUÇÃO

Neste documento, descreve-se o papel que o sistema de empresas cooperativas desempenha na transformação dos sistemas alimentares no mundo, particularmente na América Latina e no Caribe (ALC).

A Cúpula convocada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas requer que se chegue a acordos e consensos que possam ser modelados em uma "convenção". Espera-se que os países possam executar esses acordos e envolvam os setores público e privado, a fim de que todos participem das diferentes atividades e subsistemas que compõem os sistemas alimentares globais, regionais e nacionais.

Os sistemas alimentares se organizam e asseguram o fluxo de alimentos necessários em diversas direções e com diversos destinos. É certo que tudo se origina nos territórios rurais. É ali que milhões de unidades produtivas de diferentes portes e graus de especialização e desenvolvimento produzem os alimentos básicos que em seguida precisam ser acondicionados, processados, conservados,



transportados, industrializados, fracionados e distribuídos até chegarem ao consumidor final. Os números indicam que o valor dos componentes agrícolas de um alimento posto na mesa de um consumidor em uma grande cidade do mundo oscila entre 11% e 15%. Também é certo que, sem a produção agrícola, não há alimentos e não há negócios de alimentos.

Da metade do século passado até os nossos dias, a humanidade veio mudando de comportamentos e hábitos alimentícios devido às migrações massivas, às mudanças culturais, às hipóteses de conflitos e, especialmente, aos impactos da revolução do conhecimento ou científico-técnica (C&T) no comportamento, apoiada em três pilares: a biotecnologia, as telecomunicações e a informática. Tudo isso permitiu que as chamadas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e a digitalização de processos da vida comum sejam hoje o centro da atividade econômica mais rentável no mundo.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO 2017), os pequenos agricultores e os agricultores familiares, que incluem produtores, pescadores, silvicultores, pastores, trabalhadores rurais, somam cerca de 2 bilhões de pessoas. Esse número será maior se incorporarmos outros segmentos da cadeia. Conclui-se, assim, que os sistemas alimentares no seu conjunto, além de cumprir a função de fornecer alimentos, também geram renda e emprego. A sua operação incide no crescimento da atividade econômica em geral.



S EMPRESAS COOPERATIVAS NA AGRICULTURA E NA ALIMENTAÇÃO

2.1. Origem e princípios. O século XXI das oportunidades

A Revolução Industrial do século XIX abriu a passagem para as cooperativas como sistemas econômicos de base social, cujos valores de solidariedade contribuíram para a geração de associações com o objetivo de compartilhar esforços e resultados.

O cooperativismo nasceu em Rochdale e dali expandiu os seus princípios, as suas formas e os seus mecanismos de economia social e organização empresarial para todo o mundo até os nossos dias.

Exatamente nos dias de hoje, abre-se para o sistema de empresas cooperativas um sem-fim de novas oportunidades apoiadas na revolução da C&T. As novas tecnologias digitais, unidas aos avanços na biotecnologia e nas ciências biológicas e ambientais, permitem às empresas cooperativas transformarem em realidade a "teoria" da cooperação nos processos econômicos de produção, conservação e concentração, processamento e distribuição de alimentos como nunca na história e a custos mínimos. As parcerias comerciais são instantâneas. Os custos de transação podem baixar substantivamente a oferta e a demanda conjunta de milhares de unidades produtivas e de milhares de consumidores que estão nos mercados virtuais e que tornam real o encontro direto entre produtores e consumidores.

Nas Américas, as empresas cooperativas evoluíram e materializaram iniciativas para integrar o conjunto dos seus associados a processos econômicos e sociais em que cada pessoa (capital humano), sem se deslocar, pode encarar atividades produtivas ou de serviços, geradoras de renda. Além disso, o esforço comum entre os associados lhes tem permitido aumentar as suas capacidades ou qualificações e melhorar as suas condições de vida. Uma empresa cooperativa bem-sucedida nos negócios melhora a renda dos seus associados e a qualidade de vida das suas

famílias. Além disso, contribui para o desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas e para as condições ambientais dos territórios rurais.

2.2. Significação

Segundo os últimos dados obtidos pela FAO (2019), na América Latina e no Caribe (ALC) estão registradas mais de 108 mil cooperativas ativas. Entre os países que se destacam com o maior número de cooperativas estão Argentina, Brasil e Uruguai (9.782, 6.828 e 3.653 cooperativas, respectivamente). Desse total, quase 29 mil trabalham com o setor agropecuário (26,6%) e, a modo de exemplo, o seu peso relativo em cada país sobre o movimento cooperativo oscila entre 6% e 27%: no Brasil 24%, com 1.613 cooperativas; na Argentina, 6,7%, com 654; no Equador 521 cooperativas representam 16% do total; e no Peru 395 representam 27%. As cooperativas agropecuárias/rurais contabilizam 6,6 milhões de associados, o que equivale a quase 11% do total dos associados das modalidades cooperativas.

Somente para dar uma ideia da dimensão, vejamos as seguintes informações provenientes da Associação Colombiana de Cooperativas (ASCOOP), que toma os dados do "World Cooperative Monitor" da ACI e do Instituto Europeu de Pesquisa de Empresas Sociais Cooperativas (EURICSE). A dimensão econômica, social e comercial das três maiores empresas cooperativas agroalimentares do mundo é a seguinte: a) em primeiro lugar, o complexo cooperativo do Japão chamado Zen-Noh agrupa 945 cooperativas, com 8 mil trabalhadores, está distribuído em 10 países e fatura US\$ 56 bilhões; b) a Federação de Cooperativas da Coreia do Sul fatura mais de US\$ 41 bilhões, é responsável por 48% do abastecimento de alimentos frescos no país e tem mais de 100 mil associados, uma cadeia de supermercados, um banco e uma escola de nível universitário; c) a CHS INC dos Estados Unidos, fundada em 1929, fatura hoje mais de US\$ 32 bilhões e tem 10 mil empregados.

O caráter e a tipologia das cooperativas agrícolas no continente americano são variados. Uma cooperativa pode ser classificada segundo:

- O setor ou os setores em que opera ou o objeto principal da sua atividade (por exemplo, lacticínios, cereais, vinho, carnes etc.).
- As principais funções realizadas, como a produção conjunta, o suprimento de insumos agrícolas, a transformação de produtos agrícolas, a sua comercialização, produção e pós-produção, entre outros.

- A diversidade de funções e produtos abrangidos, de acordo com as atividades econômicas (para um ou múltiplos produtos) ou as atividades sociais e políticas que desempenha.
- A posição que ocupa na cadeia alimentar (ou o grau de integração vertical), desde a coleta de produtos agrícolas até a venda de produtos de marca diretamente aos consumidores.
- O tipo de associados. Distingue-se entre as cooperativas primárias (ou de primeiro grau), cujos associados são os agricultores, e as cooperativas federadas (ou de segundo grau), cujos associados são as cooperativas de primeiro grau.
- A representação geográfica dos associados, que vai do nível local, regional, nacional ao internacional e transnacional. A cooperativa internacional é definida como aquela que se abastece a partir de agricultores não associados em outros países. A cooperativa transnacional, ao contrário, tem associados em diversos países

O que é comum a todas elas é que compõem sistemas alimentares mais ou menos complexos ou estão integradas a sistemas maiores nacionais ou internacionais.

O desenvolvimento das cooperativas em geral e o das agrárias em particular se mostram na consolidação e ampliação do seu "capital social". Isso lhes permitiu posicionarem-se nos mercados como um sistema de empresas idôneas para construir "sistemas alimentares" sustentáveis. Assim, pode-se afirmar que o **conjunto de empresas cooperativas é constituído por sistemas alimentares completos e complexos**. Justamente esses sistemas têm sabido combinar harmoniosamente e de forma simultânea um conjunto de funções econômicas, comerciais, sociais e ambientais, fundamentais para uma resposta às demandas atuais, tanto de alimentos pelos consumidores como de condutas e boas práticas de produção pelas sociedades e pelos cidadãos.

2.3. O sistema de cooperativas, o Estado e as políticas públicas

Outro fato histórico a ser considerado é que, em muitas ocasiões, o sistema cooperativo alimentar foi um parceiro estratégico para o setor público no cumprimento das suas obrigações de assegurar a alimentação e uma dieta saudável para toda a população (em situações de crise e em situações normais). Disso existem exemplos nos Estados Unidos, no Canadá, na América Latina, na Europa e na África. Mais ainda, o Programa das Nações Unidas para a Alimentação (PMA - WFP) utiliza as empresas cooperativas como parceiras estratégicas nos países em que desenvolve campanhas e naqueles de onde se abastece.

O setor público é o responsável pelas políticas públicas e regulamentações agroalimentares e pelas campanhas para assegurar que a população tenha acesso a alimentos e a uma dieta saudável, mas cada vez mais se apoia no setor privado, organizado em cadeias de valor locais, nacionais e globais, o que lhe permite dar conta dessa responsabilidade. Para isso, deve manter um trabalho coordenado que sustente o abastecimento alimentar.

No desempenho desse papel, é comum encontrar como parceiras do Estado grandes empresas cooperativas agroindustriais e de consumo de segundo e terceiro graus ou consórcios dessas. As empresas cooperativas agroalimentares são provedoras dos programas de segurança alimentar em muitos países da região, de acordo com o seu porte econômico, a sua dimensão comercial, a sua amplitude e o seu alcance social.

Esses sistemas agroalimentares sustentáveis impulsionados pelas empresas cooperativas se constroem e sustentam de baixo para cima, ou seja, desde os territórios rurais, a partir da produção primária. Outras unidades empresariais ou conjuntos delas, de transformação e valor agregado, processam a oferta agrícola e a distribuem nos diversos mercados de alimentos, disponibilizando-a para os consumidores. Isso é particularmente válido diante da crescente urbanização no nosso continente.

Os produtores agrícolas de certas tipologias estão, pela sua natureza, dispersos e atomizados nos territórios rurais. A sua participação no "sistema" pode muitas vezes acabar sendo marginal (apropriação da renda final) e totalmente subordinada aos interesses de outras empresas que são parte dessas cadeias de valor (nesse modelo único ou plano de negócios). A alternativa mais válida de organização nos territórios está em associar-se para ganhar volume de oferta (e de demanda) e capacidade de negociação. Assim, as cooperativas conseguem ser mais eficientes e eficazes no momento de se integrarem a uma cadeia de valor mais ampla ou extensa e de serem parte de um mesmo plano de negócios.

As empresas cooperativas que oferecem serviços à produção agrícola e à comercialização nos territórios, na integração horizontal dos agricultores e na cadeia da integração vertical ou dos conglomerados de empresas, constituem na realidade um modelo empresarial de economia social mais que válido para assumir certas funções de produção e aumentar a capacidade dos agricultores de se apropriar de parte da renda do negócio agroalimentar.

Segue a descrição de três aspectos dos sistemas de empresas cooperativas vigentes no hemisfério:

- a. Existe um conjunto de associações, grupos e comitês de produtores agrícolas que, embora não tenham a forma jurídica de cooperativa, respeitam entre si a sua filosofia de empresas de economia social e os seus princípios de solidariedade e ajuda mútua. Mais ainda, na ALC, especialmente nas regiões andinas, na América Central e no México, ocorrem modalidades que provêm das culturas pré-hispânicas e que conservam formas de trabalho coletivo e associativo semelhantes ao modelo cooperativo. Essas modalidades são uma oportunidade mais que válida para a inserção dos agricultores na vida econômica e comercial e conservam fórmulas ancestrais.
- **b.** As empresas cooperativas, associações ou comitês de porte menor também apresentam grandes fraquezas por falta de capital, recursos, volumes, capacidades e cultura de associativismo. Nesses casos, fica claro que se requer o apoio do Estado por meio de políticas públicas econômicas e financeiras e de investimentos em infraestrutura, formação e capacitação dos dirigentes e dos agricultores associados. Além disso, são muitos na região os exemplos de empresas cooperativas de maior porte econômico e social que "apadrinham" cooperativas pequenas ou associações de agricultores familiares ou camponeses em situações de vulnerabilidade.
- c. A empresa cooperativa tem o potencial de desenvolver uma dualidade virtuosa e equilibrada a partir dos bons negócios e, dessa forma, melhorar a renda dos associados e a qualidade de vida das comunidades em que estão inseridas. Ao mesmo tempo, ela permite o equilíbrio social a partir da participação informada, da condução empresarial democrática e representativa e do bem-estar das suas comunidades e territórios nos aspectos social, ambiental e de desenvolvimento integral. As tensões internas relacionadas com participação, eficácia e eficiência, portas abertas e competitividade, transparência e reserva comercial são resolvidas graças a experiências, técnicas e mecanismos idôneos que o sistema desenvolveu nos modelos cooperativos e que aplica com êxito na maioria dos casos.



3.

AS EMPRESAS COOPERATIVAS COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DOS SISTEMAS ALIMENTARES

3.1. A principal contribuição, significação e desempenho

A contribuição das empresas cooperativas para os sistemas alimentares é serem em si mesmas sistemas alimentares de relativa complexidade que operam nos diversos mercados.

Por isso, é imprescindível que uma Cúpula mundial sobre os sistemas alimentares escute a voz e as experiências do movimento cooperativo internacional.

Em toda a ALC encontram-se empresas cooperativas, conglomerados delas, associações de segundo e terceiro graus sumamente bem-sucedidas e influentes, e não apenas nas economias rurais. São empresas exportadoras de alimentos, com marcas reconhecidas nos mercados. Elas estão presentes nos setores do leite, do café, do vinho, dos cereais e das oleaginosas, da produção avícola, da criação de gado, do mel e do açúcar, entre outros. Existem experiências bem-sucedidas de consórcios ou parcerias comerciais entre empresas cooperativas e de outras formas jurídicas também transnacionais.

As empresas cooperativas propiciam a **concertação e a concentração** da oferta de produtos agrícolas nos mercados e a negociação em posições vantajosas a partir de volumes e oportunidades maiores. Ao mesmo tempo, articulam e concentram a demanda de serviços e de insumos com o mesmo interesse de baixar os custos de transação.

No entanto, também é certo que, nos territórios rurais da nossa América, se viram experiências cooperativas que não se consolidaram e fracassaram devido à falta de escala, a níveis muito baixos de investimentos, a pouca estabilidade e a uma

cultura individualista fortemente arraigada. Também influiu para isso a falta de capacidades e profissionalismo. Em muitos casos, existem carências técnicas para se entender as peculiaridades jurídicas e organizacionais desse tipo de empresas e, em outros, as tensões geradas internamente não foram resolvidas positivamente pelos profissionais que as assistiam ou por seus dirigentes e diretores.

Por isso, existe um espaço enorme em matéria de políticas públicas, pensamento econômico e instrumentos práticos em que se pode continuar impulsionando o desenvolvimento e a estabilidade dessas empresas de economia social. O propósito é que elas continuem oferecendo as suas contribuições para a transformação dos sistemas alimentares, tornando-se mais sustentáveis, inclusivas e competitivas.

3.2. O que podem oferecer e os atributos que devem consolidar

As empresas cooperativas devem oferecer aos seus associados os melhores resultados econômicos nos seus negócios no médio e no longo prazos. Para isso, devem efetuar uma excelente gestão empresarial, contábil, administrativa e financeira, que ofereça informações empresariais transparentes, simples e oportunas para que os associados compreendam as razões dos resultados econômicos e financeiros da empresa e dos seus negócios. Isso lhes assegura fidelidade para encarar a concorrência nos mercados.

Trata-se de duas vertentes de uma mesma gestão de excelência, que se concretiza em: a) profissionalização dos recursos humanos (trabalhadores, administrativos, cargos gerenciais, técnicos e profissionais, diretores, dirigentes e associados); e b) melhores capacidades para a gestão de negócios (em sentido amplo). Assim, se conseguirá eliminar a tensão gerada nessas empresas entre o cumprimento dos valores e princípios cooperativos e a necessidade de concorrer com bons negócios de empresas capitalistas nos diversos mercados.

A renda e as receitas individuais dos associados se conseguem por meio dos bons preços dos seus produtos, não em um momento pontual, mas ao longo do tempo. Também se podem conseguir preços mais baixos por insumos e serviços a partir de uma posição mais favorável de negociação que conjugue a demanda de centenas ou milhares de agricultores associados.

Além disso, melhorando-se os instrumentos de distribuição pode-se baixar os custos de transação e aumentar a renda mediante associações com empresas cooperativas de diferentes modalidades (agrárias, de serviços, de transporte e logística, de serviços financeiros, de consumidores).

3.3. Digitalização de serviços: a oportunidade do século XXI

Nesta segunda década do século XXI, com os desafios que nos impõem a incerta "nova normalidade" que se seguirá à pandemia gerada pela Covid-19 e as crises conexas desatadas, é preciso incorporar aceleradamente a dimensão aportada pelas tecnologias digitais (TIC) à gestão dos negócios agroalimentares.

A digitalização dos serviços cooperativos para os seus associados, tanto na área de produção como na de comercialização, constitui uma estratégia que o sistema de cooperativas agrárias já está seguindo em muitas regiões do mundo (Europa, América do Norte, diversos países da ALC e África).

Os serviços cooperativos digitais de apoio à produção agrícola, à comercialização e à inclusão aos serviços financeiros rurais constroem sistemas alimentares mais próximos entre os produtores de alimentos e os consumidores.

As diversas funções econômicas que ocorrem dentro do sistema ou dos subsistemas de forma vertical e transversal são tomadas pelas empresas cooperativas e podem ser digitalizadas com a utilização das TIC. Os novos planos de negócios das empresas cooperativas que contribuem substantivamente para a eficácia dos sistemas alimentares poderiam ser resumidos na sentença "menos músculo e mais inteligência".

Atualmente, os negócios e os serviços prestados à distância permitem que se trabalhe em investimentos em infraestrutura civil ou industrial ou em equipamento logístico. Trata-se tão-somente de executar planos de gestão que, a partir de contratos, consórcios e acordos de negócios a médio prazo, liberam as empresas cooperativas de onerosos investimentos fixos que sobrecarregavam a sua rentabilidade medida em mais receitas para os seus associados. Liberadas desse peso pelas tecnologias digitais e de telecomunicações, as empresas cooperativas do século XXI podem aumentar os seus níveis de reinvestimento em inovações permanentes.

O desafio das empresas cooperativas é inovar de forma permanente os seus modelos de negócios nos processos de produção agrícola, acondicionamento, comercialização de produtos e insumos, gestão administrativa contábil, transparência e informações para os seus associados. As cooperativas de menor tamanho relativo e grau menor de desenvolvimento, com dificuldades de consolidação e concorrência, devem ser apoiadas pelo próprio movimento cooperativo e pela cooperação internacional, no âmbito de planos e programas especializados de estímulo a essa ferramenta socioeconômica, mediante políticas públicas e recursos econômicos e financeiros. De fato, em quase todos os países da ALC existem institutos encarregados da promoção, do estímulo e do controle do sistema de empresas cooperativas, que no âmbito dos desafios dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

(ODS) e da Agenda 2030 e do fortalecimento dos sistemas alimentares, deveriam revisar, atualizar e aprofundar os seus instrumentos de ação e intervenção, trabalhando em conjunto com o sistema cooperativo organizado.

Em resumo, as empresas cooperativas, como sistemas alimentares, contribuem para o melhor aproveitamento dos recursos produtivos graças à agregação de unidades produtivas e aos ganhos em escala. São geradoras de cadeias de valor mais equitativas e revitalizam os territórios rurais como espaços de desenvolvimento econômico e social — e tudo isso reforça a sua legitimidade como instrumentos de transformação dos sistemas alimentares.

3.4. Transformação dos sistemas alimentares a partir das empresas cooperativas

A seguir, propõe-se um conjunto de ações que contribuiriam para transformar os sistemas alimentares a partir das empresas cooperativas:

Reconhecimento efetivo do papel das empresas de economia social, e das empresas cooperativas em particular, por meio de políticas públicas diferenciadas de estímulo e investimento implementadas pelo Estado. A expectativa é que se contemplem ações mais inclusivas que promovam o aumento sustentável da produtividade agrícola, em parceria com os centros de pesquisa agrária, e maior competitividade e inserção trabalhista das unidades agrícolas familiares. Também se devem melhorar as receitas e os postos de trabalho para os seus associados e a população rural e integrar mecanismos comerciais mais diretos entre agricultores e consumidores para se baixar os custos de transação e o preço dos alimentos.

Políticas ou estratégias de parcerias público-privadas. Estas devem ser promovidas no âmbito da associação entre empresas cooperativas e instituições públicas para a prestação de serviços públicos por conta do Estado e para a geração de bens públicos disponíveis para os seus associados e as unidades produtivas familiares.

Acesso à digitalização. Todos os sistemas de cooperativas agrárias devem ter acesso aos serviços de digitalização dos seus associados. Para isso, devem-se gerar políticas públicas que: a) incentivem as redes de conectividade nos territórios rurais, de fibra óptica ou de antenas, mediante investimento privado ou público; b) facilitem a conexão às redes de transmissão de dados pelas empresas cooperativas ou associações de produtores,

diminuindo os custos de conexão e uso das redes; c) estimulem a construção de centros locais de gestão de dados, a partir de tecnologias digitais, utilizando-se para isso as cooperativas; e d) divulguem a oferta tecnológica digital para a agricultura e a pecuária, em parcerias entre os serviços públicos e privados e as cooperativas desde as suas plataformas de capacitação e dos seus serviços de assistência técnica e extensão rural.

A tecnologia digital, como a grande "janela de oportunidade", deve ser promovida a partir de acordos comerciais para o uso da infraestrutura de acondicionamento, armazenamento, conservação, transporte e comercialização, tanto pública como privada. Para isso, deve-se aplicar um processo "inteligente" de tomada de decisões, com base em contratos de serviços firmados entre as empresas cooperativas e instituições ou empresas proprietárias dos investimentos civis e do equipamento, necessárias e disponíveis. Essa política concertada entre o Estado e as cooperativas e outro tipo de empresas racionaliza os investimentos e o uso dos escassos recursos econômicos e financeiros.

Acesso a créditos, que facilitarão a produção ou comercialização de produtos agrícolas, da parte dos associados de empresas cooperativas. Tanto os bancos públicos como os privados devem reconhecer os contratos e os compromissos comerciais como garantia financeira, com o aval subsidiário do Estado.

Sistema de empresas cooperativas e suas redes territoriais associadas ao Estado, que prestem serviços públicos, em especial diante de catástrofes climáticas, sanitárias ou humanitárias nos territórios rurais. Isso é válido para a distribuição de alimentos, insumos para a produção ou recursos a setores da população rural isolados e afetados por essas crises.

Sistemas e mecanismos de compras públicas de alimentos. Devem-se criar mesas de comercialização paritárias entre as instituições públicas responsáveis pelas compras do Estado e o sistema de empresas cooperativas, para privilegiar a estas como fornecedoras confiáveis do Estado em condições de igualdade de concorrência. Além disso, devem-se estabelecer diretrizes objetivas de avaliação sobre as condições das cooperativas de cumprir contratos de fornecimento quanto a quantidade, qualidade, inocuidade, data e preço e qualquer outro requisito indispensável em benefício dos consumidores mais vulneráveis a que a compra pública se destina.

Políticas educativas oficiais para o meio rural mediante acordos público-privados para a formação e capacitação de dirigentes, técnicos e profissionais rurais, especialmente de associações ou cooperativas locais, a fim de se construir capacidades em meios digitais, para o que se deve dispor dos locais e da infraestrutura das cooperativas. Também se devem ministrar cursos de formação para a adaptação a sistemas produtivos agrícolas modernos, que habilitem a geração de emprego qualificado e estimulem a constituição de micros, pequenas e médias empresas de serviços à agricultura, especialmente por jovens e mulheres rurais.

Unidades cooperativas de processamento da produção agrícola de criação de gado, que devem ser promovidas mediante investimentos públicos, fundos para capital semente ou rotativo, fundos de garantia e outras políticas de estímulo, bem como pelo associativismo e pela formação de empresas cooperativas de trabalho e serviço entre mulheres rurais e jovens, para acondicionamento, processamento e agregação de valor local à produção de alimentos.

Mecanismos de negociação comercial agrícola. Deve-se promover a participação de dirigentes representativos do sistema de empresas cooperativas em cada país e nos organismos internacionais multilaterais ou regionais, a fim de se estabelecer condições de acesso, permanência nos mercados e sistemas regulatórios em matéria tarifária e paratarifária.

Mecanismos e instrumentos de promoção de exportações. O sistema cooperativo requer igualmente abertura para a gestão de negociações comerciais dispostas e financiadas pelo Estado, com inclusão e igualdade de oportunidades para a agricultura de pequena e média escala integrada em cooperativas. Isso implica a convocação das organizações representativas do sistema cooperativo à mesa de negociações e a sua inclusão no assessoramento dos negociadores e nas missões comerciais, nas quais se facilite a participação dos seus dirigentes nos acordos multilaterais e regionais, quando pertinente.



4.

UMA CONVENÇÃO GLOBAL QUE APONTE PARA SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS E INCLUSIVOS

A gestão de negócios cooperativos mais eficientes graças à inovação tecnológica, à concertação solidária de esforços, capacidades e ações e a políticas públicas que abrangem as qualidades institucionais e econômicas das empresas cooperativas permitirá que os sistemas alimentares cooperativos possuam a capacidade de se organizar para responder a cada uma das "vias de ação" que serão discutidas na Cúpula e sobre as quais se espera chegar a compromissos concretos. A saber:

- a. Garantir o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos para todos. Produzir e distribuir alimentos é a razão de ser das cooperativas agrárias, de consumo e das associações comerciais. Elas aumentam a competitividade e a escala da oferta agrícola mediante a gestão conjunta dos negócios agrícolas.
- **b.** Adotar modalidades de consumo sustentáveis, a partir de uma oferta adaptada às exigências dos consumidores e às recomendações e estratégias dos programas de segurança alimentar e nutricional de cada país.
- **c. Promover a produção favorável à natureza**, o que se baseia no sétimo princípio cooperativo, pelo qual as empresas cooperativas devem se sentir com a responsabilidade de zelar pelo bem-estar e pela qualidade de vida das suas comunidades. Elas são instrumento de promoção do uso responsável dos recursos naturais e dos ecossistemas.
- d. **Promover meios de vida equitativos**, por meio de empresas de economia social que por natureza buscam a inclusão, o comércio justo e a geração de empregos genuínos nas localidades em que estão instaladas e realizam as suas atividades produtivas e comerciais.

e. Criar resiliência diante das vulnerabilidades, comoções e tensões. Uma vez mais, é da natureza das empresas cooperativas a preocupação pelo bem-estar dos seus associados, dos seus trabalhadores e das comunidades em que se inserem. Além disso, o sexto princípio cooperativo promove projetos de intercooperação para a geração de intercâmbios, a construção de capacidades e a integração de setores socioeconômicos em geral excluídos dos sistemas tradicionais, sem prejuízo da sua competitividade econômica e comercial.



IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura Organismo do Sistema Interamericano especializado em desenvolvimento agropecuário e rural.